



Eixo 2 - TERRITÓRIOS EM DISPUTA

**A CONDIÇÃO DO TERRITÓRIO E DA TERRITORIALIDADE NA RESERVA
EXTRATIVISTA MARINHA BAÍA DO IGUAPE-BA**

Gilsimar Cerqueira de Oliveira
Prof. substituto de Geografia UNEB, Campus XI, doutorando do POSGEO/UFBA.
cerqueira.gilsimar@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como meta fazer uma breve discussão sobre a construção e constituição de uma Reserva Extrativista como forma de acentuar a sua importância para a conservação da biodiversidade natural e social. Como exemplo, apresentaremos alguns contrapontos que contextualizam a formação do território da Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape (RESEX), colocando de forma inicial a problemática da sobreposição do uso desse território pelas populações tradicionais, expressos pelas tensões dadas no âmbito da gestão da referida unidade, bem como de seus diferentes agentes sociais. É acentuada com maior vigor a posição voltada para as necessidades das comunidades, as quais se coadunam de forma mais efetiva, às reais propostas das leis que regem a Unidade aqui em tela. Critica-se dessa forma, a estratégia dúbia do Estado em atender a lógica capitalista neoliberal que perverte a origem dos motivos que levaram ao surgimento das Reservas Extrativistas.

PALAVRAS-CHAVE: Território; RESEX; Populações Tradicionais.

INTRODUÇÃO

Os conflitos encontrados nas Unidades de Proteção Ambiental (UCs) não são novos e remontam de modo sistemático a problemática da terra no Brasil. É sabida que essa questão é marcada por disputas sérias que tem em seu histórico marcas amargas da truculência de fazendeiros, grileiros e até mesmo do próprio Estado. A demarcação de áreas prioritárias para a proteção ou preservação da natureza acaba por sobrepor antigos territórios, os quais dados a essa nova configuração, terminam por terem e sofrerem de maneira direta ou indireta a pressão exercida por novas lógicas que intensificam velhos e criam novos conflitos.

Nesta perspectiva, a RESEX aqui em questão, apresenta-se dentro da realidade acima descrita, qual intensifica os conflitos existentes e fazem surgir outros que se inserem na lógica desse remodelamento do território, desterritorializando e

reterritorializando as populações tradicionais do seu entorno. Dessa forma, temos o surgimento dessa Unidade, dada por um decreto que fez com que as comunidades, até aquele momento, que não eram conhecidas em sua totalidade, fossem inseridas em um novo território. A partir do processo de sua constituição e com a necessidade de efetivar o Plano de Manejo, quase dez anos depois de sua delimitação foram sendo reconhecidas de forma mais sistemática a quantidade de comunidades¹ que estavam inseridas de forma direta ou indireta na Reserva. (ICMBio, 2009). A distribuição das comunidades se dá na concentração de grande parte na cidade de Maragogipe (22) comunidades e nos distritos de Najé (12) e Coqueiros (8) segundo o ICMBio (2009).

A Resex Marinha Baía do Iguape foi criada em 11 de agosto de 2000. As dimensões expressas em sua poligonal delimitam a Reserva em porções dos municípios de Maragogipe, Cachoeira e São Felix no Estado da Bahia, Brasil, como podemos ver representado no mapa da figura (01).

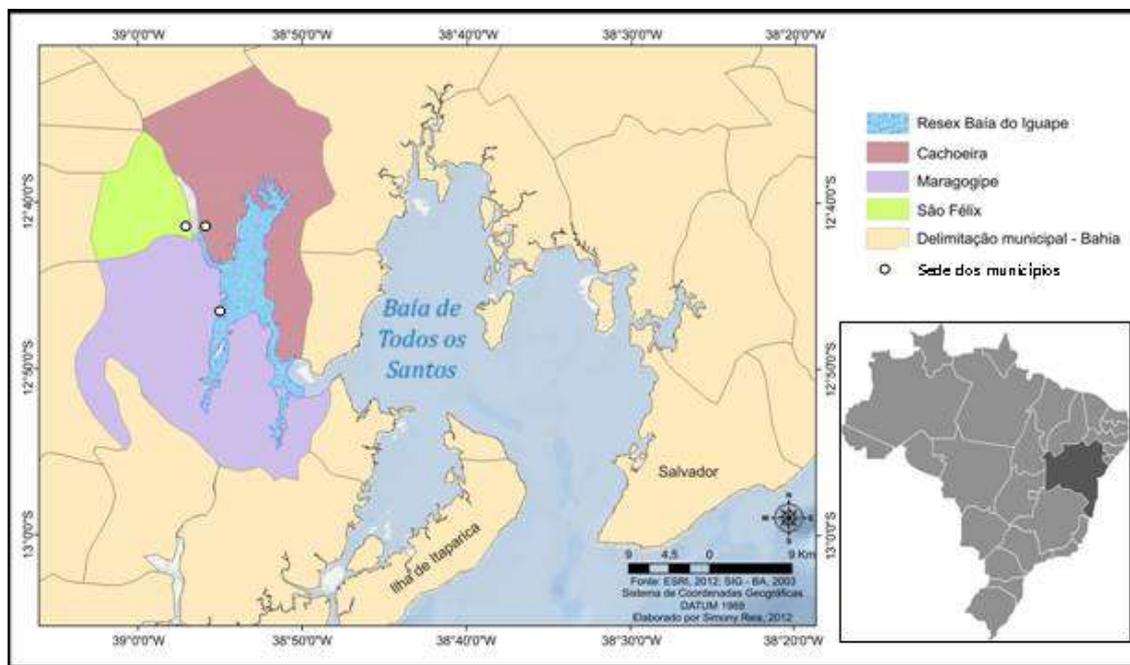


Figura 01: Mapa de localização da RESEX Marinha Baía do Iguape²

A RESEX não tinha em sua primeira delimitação a inserção de áreas de terras habitadas, limitando-se, portanto às zonas de manguezal e as que abrangiam o espelho

¹ O conceito de comunidade está aqui sendo colocado com o sentido dado pelos próprios pescadores e marisqueiras, que se reconhecem em grupos diferentes, sendo muitas vezes, para quem é de fora complexo para entender essa lógica, pois somente a título de exemplificação elas espacialmente tanto podem ocupar zonas rurais espaçadas, como também podem estar divididas por bairros e ruas nas cidades.

² Mapa retirado de Oiveira (2012).

d'água³. Em uma nova demarcação (2009), a poligonal da Reserva foi modificada para atender às exigências da legislação ambiental, com a aprovação da Emenda Nº 7 da Medida Provisória 462. Essa modificação teve como estratégia comportar o projeto de implantação do Pólo Naval, que ao final estabeleceu-se como Estaleiro. Com a modificação, houve a incorporação de uma faixa de terra que abrange o território quilombola de São Francisco do Paraguaçu. Em uma das áreas suprimidas da Reserva encontram-se o Canteiro de São Roque e a área onde foi instalado o Estaleiro Paraguaçu.

A lógica capitalista de alteração das dimensões da RESEX em tela, demonstra a contradição do Estado brasileiro em avaliar de forma mais detida as influências negativas que estão relativas aos riscos de se liberar um empreendimento de grande envergadura próximo a zonas de pesca. Seria de certo inocência imaginar que não se tem noção dos riscos implícitos dessa problemática, dessa forma apontamos o modelo de modernização proposto na conjuntura como a estratégia, que de forma autoritária passa por cima das leis estabelecidas e demonstra distorções na gestão da Reserva.

OBJETIVOS

Com o intuito de declinar o *lócus* de nossas reflexões buscaremos aqui discutir a importância das RESEXs como forma de conservação da natureza e das populações tradicionais, bem como analisar de forma inicial, a Resex Marinha Baía do Iguape no que tange a problemática das relações de poder e a pressão exercida sobre as populações tradicionais que são diretamente influenciadas nesse modelo de gestão.

METODOLOGIA

As reflexões aqui apontadas estão baseadas em um aporte bibliográfico da literatura especializada nas questões aqui levantadas, bem como em alguns resultados gerados a partir da experiência prática de trabalhos anteriormente realizados na RESEX cujo contato veio sendo estabelecido desde 2008.

³ Para leitura integral do projeto de lei de alteração dos limites originais da Reserva, acessar: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/684283.pdf>

RESULTADOS PRELIMINARES

A demanda pela formação de Reservas Extrativistas no Brasil nasce da luta pela terra. O movimento dos Seringueiros, neste contexto apresenta-se no âmago da problemática extremamente conflituosa no Brasil e dessa forma pode ser percebida a dificuldade com que os seringueiros tinham que lidar nos âmbitos das relações de poder e na disputa de territórios. Encontramos em Raffestin (1993) o conceito de território que nos esclarece essa condição sendo ele baseado no entendimento das relações de poder expressas na sua delimitação.

Segundo Almeida (2004) na década de 70 o movimento dos seringueiros era relegado à invisibilidade, não possuía a ressonância nacional que desse mérito ao tema. Porto-Gonçalves (1999), aponta para a importância do movimento dos seringueiros no que se refere ao debate mais sério sobre a necessidade da criação de Reservas Extrativistas. Segundo o referido autor essa temática apresenta-se a partir de meados da década de 80 chegando a seu ápice no início dos anos 90 (PORTO-GONÇALVES, 1999).

De acordo com Lobão (2010), a pressão exercida pelo movimento dos seringueiros serviu como um divisor de águas para a mudança da postura do Estado brasileiro e fomentou nesse contexto, a necessidade de criação de áreas que protegessem, não só os recursos naturais, mas também, que se criassem leis que conservassem as populações locais e seus modos de vida. Diegues (2004) aponta importância da criação das reservas para a permanência das comunidades de pescadores e marisqueiras em áreas protegidas e também para a manutenção da biodiversidade.

A Reserva Extrativista enquadra-se em uma classe que tem como característica básica o extrativismo, pesquisa científica e visitação cujo seu principal tipo de uso, contemplado pela Lei nº 9.985/2000⁴ permite o extrativismo por populações tradicionais. Uma Reserva Extrativista Marinha chama a atenção pela sua peculiaridade, tem em suas poligonais a demarcação de áreas que abrangem o espelho d'água, no entanto insere as populações que estão em seu entorno. Estas populações podem ser definidas em duas categorias básicas de acordo com a sua influência ou dependência da Reserva em termos do uso dos seus recursos sendo eles:

⁴ Para mais informações sobre a referida lei, consultar o site que disponibiliza a legislação: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/legislacaoambientalvolume1.pdf>

Beneficiários são todos os moradores das comunidades do entorno da RESEX que possuam relação direta com os recursos nela encontrados. Basicamente essa relação está diretamente ligada ao manejo dos recursos naturais empreendido pelas populações tradicionais, pescadores, marisqueiras; e agricultores, cuja relação com o meio ambiente se dá geralmente de modo sustentável. Já os usuários são todos os frequentadores da Reserva; não dependem diretamente da Reserva para viver, mas a utilizam. Assim um pesquisador ou um turista que frequentam o território da RESEX são doravante considerados como usuários (OLIVEIRA, 2012, p.47).

O estabelecimento dessas duas categorias não se apresenta de forma harmônica, pois está implícito nessa definição, direitos ancorados em uma posição política que se afirma nas relações de poder desse território. A definição de beneficiário no contexto da RESEX aqui analisada, aponta as populações tradicionais como sendo elas as que estão diretamente ligadas à necessidade do uso dos recursos naturais e dessa forma as mais interessadas no manejo dos recursos pesqueiros principalmente.

As populações tradicionais que compõe o entorno da RESEX são compostas por comunidades que exercem a pesca artesanal, a coleta de mariscos e de piaçava, bem como possuem pequenas plantações e criações de animais de pequeno porte em sua maioria como forma de atender as suas necessidades mais básicas de alimentação. Martins (2014) demonstra de forma mais detida à importância das atividades desenvolvidas pelas populações tradicionais no Iguape, acentuando a prática e o conhecimento da natureza desenvolvidos por eles, bem como dos conflitos e tensões sofridos por estas populações na condição de seus modos de vida, o que demonstra as contradições do modelo de gestão participativa no trato com essas populações e eleva a necessidade de um Plano do Manjo efetivo.

Pode ser encontrado também comunidades que se dedicam além das atividades mencionadas, na produção de artesanato. Essas comunidades têm uma influência mesclada pela vida tanto urbana quanto rural, tendo nesses dois âmbitos também, a tradição de sua descendência ancestral negra. Carvalho (2016) demonstra à importância do Reconcavo da Bahia no que se refere à quantidade de comunidades certificadas pela Fundação Palmares até 2015 (544), a autora ainda aponta que *“as mobilizações de coletividades nesses termos no Recôncavo começaram a ocorrer apenas nos anos 2000”* (CARVALHO, 2016, p.139-140).

Essas populações quilombola veem criando para além de sua identidade ancestral, fato que também foi percebido dentro do contexto da formação da Resex⁵, uma “identidade nova”, no que concerne ao seu pertencimento com a Reserva. O surgimento da dimensão desse novo território vem sobrepondo elementos que levam à desterritorialidade e impõe uma reterritorialidade extremamente conflituosa. A busca por unidade identitária com essa UC, não é tranquila e tão pouco simples.

Nessa nova identidade é vai tendo seu alicerce em bases anteriores, que advém da sua prática como pescador e como marisqueira. A conservação da cultura apresenta-se desta forma como elemento da identidade das populações com o território, sendo ela de extrema importância no âmbito da conservação. Segundo Claval (1999), a identidade se representa nas construções refletidas em suas práticas tanto individuais quanto em grupo como elemento da cultura. Assim também se expressa a identidade territorial no que se refere as políticas públicas de acordo com Haesbaert (1999).

Segundo Prost (2009, p.172), *“A criação das reservas extrativistas expressam o reconhecimento do papel das populações tradicionais e de sua cultura na proteção ambiental”*. Como os territórios das Reservas possuem expressamente interesses diferentes dos mais diversos agentes sociais, não seria diferente na RESEX Baía do Iguape. Segundo Acselrad (2004) as diferentes apropriações do território com interesses divergentes levam ao Conflito Ambiental.

Um problema recorrente que conflituava com os interesses das comunidades do entorno da RESEX em questão é a Hidroelétrica Pedra do Cavalo (UHPC) que ao acentuar a intervenção na dinâmica das suas águas provoca interferências diretas que se expressam na pesca e conseqüentemente nos modos de vida das populações (PROST, 2010). É possível encontrar relatos dos pescados e marisqueiras sobre das influências desse e de outros empreendimentos e conflitos, bem como das inconstâncias na busca de resolução destes problemas (OLIVEIRA, 2012)

Além do problema acima que geram influências negativas para as populações tradicionais, podem ser citados questões de disputas de territórios com fazendeiros, que promovem intervenções feitas em áreas que antes serviam de descanso para os

⁵ É recorrente a afirmação dos pescadores e marisqueiras que estão no entorno da Resex Marinha Baía do Iguape, de que muitos deles não sabiam de seus direitos com relação a sua descendência. Trabalho que foi sendo realizado pelo Conselho Pastoral da Pesca (CPP), no que se refere a informar condição histórica e da afirmação política como quilombola. Kuhn (2009) também acentua a atuação da CPP nas comunidades do entorno da Resex.

pescadores durante a pesca. A questão desses embates se efetiva nas disputas e lutas pela/na terra e água, pois as comunidades sofrem pressão nesses dois ambientes, palco de disputas que se inserem no contexto da RESEX⁶.

De acordo com Dumith (2012) a gestão participativa vem mostrando ser um caminho interessante para as Reservas Extrativistas, na perspectiva da integração dos diferentes agentes sociais envolvidos no processo da gestão dos recursos naturais. Essa proposta apresenta-se como uma via democrática na busca de mitigação de problemas que abrangem as diversas esferas de poder envolvidas direta ou indiretamente na RESEX, porém percebemos que o caminho ainda é longo para que haja de fato, uma participação mais coesa e que os interesses não se polarizem na contramão das necessidades das populações que vivem dos recursos extraídos da natureza.

Como forma de sobrepor os mais variados problemas enfrentados pelas populações do entorno da RESEX, temos a formação do Conselho Gestor da Unidade, que mesmo sendo um ambiente conflituoso, apresenta-se como um meio democrático na busca da solução de problemas. De acordo com Cunha e Loureiro (2009, p.177);

A figura do conselho, que representou um avanço para as outras categorias de Unidades de Conservação que não dispunham de um espaço participativo de gestão, para as RESEX vem carregada da preocupação de que ocorra uma diluição no poder das comunidades, representando um retrocesso na intervenção dos verdadeiros protagonistas nas esferas de decisão sobre o seu território.

É nesse palco de debate que se coloca os interesses conflituosos das populações e da necessidade de conservação da Reserva com os interesses políticos dos empresários e do Estado em suas diferentes dimensões. Segundo Prost (2010) a participação efetiva das comunidades nas reuniões do Conselho, busca legitimar e garantir uma melhor inserção nas tomadas de decisão.

Esse modelo de gestão vem sendo observado como uma possibilidade no transcurso de uma condição neoliberal, que ao mesmo tempo que empodera, deslegitima as decisões tomadas. Dessa forma apontamos como entrave no andamento das demandas das populações as vontades sobrepostas pela lógica capitalista que negligenciam as tomadas de decisões e apoiadas na morosidade da ação do poder público, faz correr o tempo, sem de fato cumprir a aquilo para que a RESEX foi criada.

⁶ Para mais informações sobre esse fenômeno conflituoso, podem ser lidos os relatos das Atas das reuniões do Conselho Gestor da RESEX arquivadas na sede do ICMBio em Maragogipe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de criar novas UCs é uma demanda que se apresenta em todo território nacional. Muitas zonas importantes ainda padecem de uma fiscalização efetiva que possa garantir tanto os recursos naturais quanto permanência e diversidade das populações tradicionais. As Reservas Extrativistas neste contexto apresentam-se como um modelo interessante, pois permitem a permanência das populações que se utilizam dos recursos extraídos da natureza.

A luta pela constituição de Reservas Extrativistas no Brasil está intimamente ligada à luta e disputas pelos territórios e remontam historicamente o movimento dos Seringueiros dos anos 80 e 90. É sabido que estas disputas vieram tendo um custo social altíssimo, pois além da violência desatada nestas áreas por empresários e latifundiários, pode se destacar a conivência e/ou ação do Estado de forma contrária aos movimentos e a favor do capital. Essa contradição persiste nas Reservas que foram sendo outorgadas durante os anos no Brasil e pode ser percebida também na Unidade aqui em análise.

Há uma demanda social e uma pressão para a formação das Reservas Extrativistas, porém o processo que vai de sua formação, até a sua consolidação, apesar de inserir as comunidades interessadas, não as empoderou de maneira efetiva. Isso pode ser percebida no pequeno diálogo aqui estabelecido e embasados nas pesquisas e discussões dos autores que buscamos dialogar.

Dessa forma, podemos afirmar que o modelo de gestão apesar de apresentar-se com um formato democrático, necessita expulsar as intervenções que deslegitimam as reais condições do estabelecimento da participação efetiva das populações beneficiárias. É impossível admitir que a RESEX esteja a serviço dos desígnios do capital e em desacordo com a legislação que preconiza o resguardo tanto dos recursos naturais quanto sociais, mediados pelas populações tradicionais dos pescadores, marisqueiras e quilombolas que vivem em seu entorno.

A sobreposição dos territórios e as relações de poder efetivadas no palco das contradições da gestão da REXES Marinha Baía do Iguape promovem aspectos que se materializam na desterritorialização e na reterritorialização das comunidades. Nesse contexto também se impõe as questões identitárias, o fortalecimento que deve servir como base da luta para e pela garantia de existir e resistir nesse território que se coloca como uma Reserva Extrativista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H (org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p.13-35.

ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. Direito à floresta e ambientalismo: seringueiros e as suas lutas. In **RBCS** Vol. 19 n°. 55 junho/2004. p.33-53.

CARVALHO, Ana, Paula Comin. Tecnologia de Governo, Regularização de Territórios Quilombolas, Conflitos e Respostas Estatais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 22, n. 46, 2016, jul./dez., p. 131-157.

CLAVAL, P. A Geografia Cultural: O estado da Arte. In: Rosendahl, Z. e Corrêa R. L. (orgs.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

CUNHA, Cláudia Conceição e LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Reservas Extrativistas: limites e contradições de uma territorialidade seringueira. In: **Revista Theomai: estudios sobre sociedad y desarrollo**.n°20, 2009 P.169-185.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Environmental impact assessment: The point of view of artisanal Fishermen communities in Brazil in Ocean and Coastal Management**: Elsevier, 39, 1998, 119-113.

DUMITH, Raquel de Carvalho. A importância da gestão compartilhada e das áreas marinhas protegidas para o sistema socioecológico da pesca artesanal: o caso das reservas extrativistas marinhas. **GeoTextos**, vol. 8, n. 2, dez. 2012. 97-121.

HAESBAERT , Rogério. Identidades Territoriais. In: Rosendhal, Z. e Corrêa, R. (orgs.) **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

ICMBio. **Documento Final de Caracterização da Unidade e Temas Complementares. Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape**. Projeto PNUD BRA/99/0242009. 2009.

KUHN, Edinizia Ribeiro Araújo. **Terra e Água: territórios dos pescadores artesanais de São Francisco do Paraguaçu-Bahia**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal da Bahia. Salvador, Ba, 2009.

LOBÃO, Ronaldo. **Cosmologias políticas do neoliberalismo: como uma política pública pode se transformar em uma política de ressentimento**. UFF: São Paulo, 2010.

MARTINS, Viviane de Souza. **As Cores Negras da Lama: Etnoecologia Abrangente na Comunidade de Salamina Putumuju, Recôncavo da Bahia**. Tese. Campinas, SP, Universidade Estadual de Campinas, 2014.

OLIVEIRA, G.C. **Identidade Territorial das Comunidades do Entorno da Reserva Marinha Baía do Iguape**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal da Bahia. Salvador, Ba2012.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A territorialidade Seringueira: geografia e movimento social. In: **GEOgraphia**. Ano 1, nº 2, 1999, p.67-88.

PROST, Catherine. Troca de Saberes Tendo em Vista uma Gestão Ambiental Participativa. **GeoTextos**, vol. 5, n. 1, Julho de 2009. P 165-179.

_____ Resex Marinha versus Pólo Naval na Baía do Iguape. **Novos Cadernos NAEA**. 2010, Vol.13, n.1. p.47-70.

RAFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.